



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007434-86.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **NAELEN ESTEFANY SILVA DE SOUSA**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

NAELEN ESTAFANY SILVA DE SOUSA propõe ação de cobrança securitária (DPVAT) contra **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS E SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**. Alega que em 15/02/2013 ocorreu acidente de trânsito que lhe ocasionou lesões graves, requerendo indenização securitária no valor de R\$ 13.500,00.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 09/18.

Gratuidade deferida (fl. 19).

As requeridas contestaram o pedido (fls. 25/75). Preliminarmente, alegaram a falta de interesse processual e ausência de documento essencial à propositura da ação. No mérito, argumentaram sobre a necessidade de realização de perícia técnica e impugnaram os cálculos. Pediram a improcedência.

Sobreveio réplica às fls. 79/89.

Foram afastadas as preliminares (fl. 90).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Veio aos autos o prontuário médico da autora (fls. 102/138).

Decorreu em branco o prazo legal da requerente para se manifestar sobre a certidão do oficial de justiça (fls. 156 e 167).

A autora não compareceu à perícia (fl. 160).

Por fim, foi encerrada a fase de instrução (fl. 168) e, posteriormente, apresentado memorial apenas pelas rés.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Trata-se de demanda em que a autora busca o recebimento de indenização de seguro DPVAT, frente o acidente e lesões que sofreu.

As preliminares já foram afastadas (fl. 90).

Pois bem, compulsando os autos, observa-se que o sinistro ocorreu em 15 de fevereiro de 2013. Nesta época, vigorava a Lei nº 6.194/74, com as alterações propostas pela Medida Provisória n.º 451/08 e, posteriormente, convertida na Lei n.º 11.945/09, que fixa o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.

Referida lei disciplina a gradação das lesões sofridas para o pagamento do seguro DPVAT devendo ser aplicada aos eventos ocorridos em data posterior à sua respectiva entrada em vigor, como ocorreu no caso em tela.

A indenização para a hipótese de incapacitação permanente, conforme já estabelecido pela Súmula nº 474, do STJ, deve ser paga de modo proporcional, a depender da extensão da incapacitação: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, remanesce a controvérsia quanto à existência e a extensão da incapacitação do demandante. Para a solução da questão, foi designada perícia técnica médica.

Entretanto, a autora não compareceu à perícia, tampouco apresentou justificativa, apesar de haver nos autos intimação de seus patronos sobre a designação da perícia, por meio de publicação na imprensa oficial, consoante fls. 146/147.

Quanto à sua própria intimação, a requerente não foi encontrada. Segundo informações coletadas pelo oficial de justiça (cf. fl. 149), ela se mudou, não se sabendo para onde. Frise-se que de acordo com o art. 208, parág. único, do Código de Processo Civil¹, era obrigação da requerente manter atualizada a informação concernente ao seu domicílio, máxime por ser a maior interessada no deslinde do feito, presumindo-se como intimada.

Dessa forma, não se pode tolerar que a autora não tenha comparecido à perícia e deixado de justificar tal fato. Em consequência, a prova pericial foi declarada preclusa (cf. fl. 168).

Ora, a perícia restou prejudicada e com isso não foi comprovada a pretensa incapacitação permanente, não fazendo jus, a demandante, ao pagamento de qualquer indenização.

Isso porque era ônus da parte autora provar o fato constitutivo de seu direito, o que não fez. Após a perícia agendada, sequer justificou sua ausência. Também não apresentou memoriais (cf. fl. 210), se furtando de contribuir com o princípio da cooperação processual, e, principalmente, deixando de demonstrar sua pretensão.

¹ **Art. 208, parág. Único, do CPC.** "Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O desate é de rigor.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sucumbente a parte autora, por força do princípio da causalidade, arcará com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios ora fixados em R\$ 1.000,00 (artigo 20, §4º, do CPC), observada a lei 1060/50.

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.

São Carlos, 08 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**